

# REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



# REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

Vol. 13 – Nº 27 – Janeiro – Julho 2018

Semestral

*Artigo:*

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma questão de postura e possibilidades**

*Autoras:*

MOCELIN, Andréia Fáima Zin<sup>1</sup>

COSTA, Gisele Maria Tonin da<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia, concluinte do curso de Pós-Graduação em Educação Interdisciplinar. Pedagoga na rede pública de Getúlio Vargas. [andreia\\_zin@hotmail.com](mailto:andreia_zin@hotmail.com)

<sup>2</sup> Orientadora, Pedagoga, Especialista em Planejamento e Gestão da Educação, Mestre em Educação. Coordenadora do Curso de Pedagogia, professora de cursos graduação e pós-graduação da Faculdade IDEAU. [gisele@centereletronica.com.br](mailto:gisele@centereletronica.com.br)

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma questão de postura e possibilidades**

*Num mundo com predominância de uma visão teocêntrica, aos poucos vai sendo esboçada uma visão antropocêntrica, a partir da valorização da natureza e da exaltação do conhecimento construído pelo homem – o conhecimento mundano. Esse conhecimento vai possibilitar (literalmente) a abertura para novos horizontes, através das viagens marítimas e do encontro de diferentes povos. (KASSAR, 1999, p.4)*

**RESUMO:** Antes de buscar respostas para dúvidas constantes no ambiente escolar, no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiências, necessitou-se aprofundar os conhecimentos teóricos através de autores e estudiosos que abordam determinada questão. O trabalho trás as definições e concepções de inclusão e integração. Os objetivos principais dessa pesquisa foram o entendimento da deficiência da Educação Inclusiva no Brasil e apontar medidas eficazes para que a mesma aconteça em nossas escolas. Como retomada histórica, foram citadas as LDBs e artigos que definem e fundamentam a Inclusão Escolar e metodologias que devem ser adotadas nas escolas. Não podendo deixar de destacar a importância do currículo escolar, ele foi citado diversas vezes durante a realização do trabalho. A metodologia utilizada foi a de análise documental. Obteve-se resultado bastante satisfatório, já que todas as dúvidas a respeito da Inclusão Escolar eficiente foram sanadas.

**Palavras-Chave:** Inclusão Escolar, Alunos com deficiências, Currículo Escolar.

**ABSTRACT:** Before looking for answers to constant questions in the school environment, regarding the inclusion of students with disabilities, it was necessary to deepen the theoretical knowledge through authors and scholars that approach a certain question. The work brings definitions and conceptions of inclusion and integration. The main objectives of this research were to understand the deficiency of Inclusive Education in Brazil and to point out effective measures to make it happen in our schools. As a historical review, the LDBs and articles that define and ground School Inclusion and methodologies that should be adopted in schools were mentioned. Noting the importance of the school curriculum, he was mentioned several times during the work. The methodology used was that of documentary analysis. This was a very satisfactory result, since all doubts about efficient School Inclusion were remedied.

**Keywords:** School Inclusion, Students with disabilities, School Curriculum.

### **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Quando se está presente no ambiente escolar, percebe-se as inúmeras necessidades e deficiências de nossos alunos. Então surge uma indagação que nos põe à prova e nos desafia enquanto educadores: o que está sendo feito por esses alunos que necessitam de atenção especial e uma educação diferenciada? Imediatamente pensamos na questão da inclusão escolar e de o que estamos oferecendo a esse aluno para que realmente ele esteja incluso na escola.

Partindo do pressuposto que a escola modificou-se ao longo dos anos, faz-se possível reconhecer que nem sempre assumiu o caráter que tem hoje. Produziu deslocamentos importantes, superando o simples caráter assistencialista para garantir às crianças e jovens aquilo que eles não tinham acesso em casa ou na comunidade, como indicam Baumel e Moreira (2001). Obviamente que as escolas de hoje ainda cuidam de seus alunos, já que são responsáveis por eles no período que passam nela. No entanto, sua função vai além do cuidado, cabe a ela propor aos estudantes que tenham garantia e acesso ao conhecimento.

Junto com a modificação da escola e suas funções, também se modificou o público que a frequenta, sendo que em dias atuais está em evidência a questão da inclusão, aumentando ainda mais o desafio da escola quando se trata de receber crianças com algum tipo de deficiência, seja física ou intelectual (BAUMEL; MOREIRA, 2001).

O termo inclusão há décadas vem sendo discutido e problematizado no ambiente escolar e fora dele. Mas nunca esteve tão em evidência quanto nos últimos anos. A questão da inclusão de pessoas com deficiência é tema atual e está em constante diálogo. Pela relevância desse assunto é que se buscou estudá-lo com maior profundidade e trazer a percepção de como a inclusão está se apresentando nas escolas brasileiras.

## **2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: um breve resgate histórico**

Levando em consideração a relevância do assunto discorrido no presente trabalho, percebeu-se a importância de se fazer uma retomada histórica para que haja um melhor entendimento dos caminhos da educação inclusiva em nosso país.

É importante fazer uma retomada histórica, pois a questão da educação inclusiva no Brasil partiu de experiências realizadas na Europa e nos Estados Unidos, sendo que no século XIX alguns brasileiros iniciaram a organização de serviços para algum tipo de deficiência. (MAZZOTTA, 2005). “Durante um século, tais providências caracterizam-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiência”. (MAZZOTTA, 2005, p.27)

Como aponta Mazzotta, a inclusão da “educação especial na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX”. (2005, p.27). Portanto, a partir deste momento far-se-á um apanhado na legislação que foi entrando em vigor a partir desse período, buscando identificar o modo

como a mesma trata do conhecimento e aprendizado de diferentes saberes ao longo dos anos para pessoas com deficiência.

Iniciando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada em 1961, evidencia-se que a educação tem como uma das finalidades “o preparo do indivíduo para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio” (BRASIL, 1961). Por meio deste trecho encontrado logo no início da presente lei, percebe-se que há uma preocupação inicial com o conhecimento, de modo que visa o preparo dos estudantes para habilidades que lhes possibilitem superar as dificuldades do lugar em que vivem, não ressaltando a importância do conhecimento por eles mesmos, mas para suprir necessidades práticas, do contexto em que vivem. A LDB/61 trata em dois pequenos artigos da Educação Pré-Primária que atenderia crianças de até sete anos, não tocando em nenhum momento na questão do conhecimento. Em relação ao capítulo que trata do ensino primário, que atenderia crianças a partir dos sete anos de idade, o artigo 25 é o que chega mais próximo de tratar de conhecimento escolar, onde diz que “o ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração ao meio físico e social”. (BRASIL, 1961)

Em relação à educação inclusiva, encontra-se no Título X desta lei, dois artigos referentes à chamada na época, “Educação de Excepcionais”. Nestes, não há menção do ensino do conhecimento especializado ou da finalidade da mesma, mas ressalta que esta modalidade de educação deve, dentro do possível, integrar os estudantes com deficiência no sistema geral de educação. Aqui vale ressaltar a palavra “integração” presente na lei e que foi discutida anteriormente. Deve-se lembrar que a referida legislação reporta-se à ideia de que é dada a oportunidade de o aluno com deficiência ter acesso nas escolas regulares de ensino, mas que não serão elas que irão atender às necessidades dos mesmos, mas eles que deverão se adaptar a elas. Também, o artigo 89 diz que toda a iniciativa privada que for tida como eficiente pelos conselhos de educação para atuar nesta modalidade “receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções”. (BRASIL, 1961)

Analisando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira promulgada no ano de 1971, uma década após a primeira lei lançada para a educação no país, nota-se que a mesma não traz novidades em relação a educação especial, tida na lei anterior como “Educação de Excepcionais”. No entanto, faz menção no artigo 67 que “fica mantido o regime especial para os alunos de que trata o Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969” (BRASIL, 1971)

Esse decreto é feito pelos ministros da marinha de guerra, do exército e da aeronáutica militar com base no que define a Constituição, a qual diz que todos têm direito à educação, mas considerando as condições de saúde, ela nem sempre permite que frequentem a escola. (BRASIL, 1969). Tendo em vista também a educação peculiar aos excepcionais decretam que, “são considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados”. (BRASIL, 1969). Desse modo, para compensar as ausências desses estudantes das aulas seria assegurado a eles exercícios domiciliares, recebendo acompanhamento da escola, dependendo do seu estado de saúde e da disponibilidade do estabelecimento. (BRASIL, 1969)

Como se pode perceber, o decreto citado acima faz menção de que, dentro do possível, seria levado até o estudante incapacitado de frequentar a escola, os ensinamentos que a mesma teria a oferecer. Mas cabe aí, um questionamento: por que ele seria incapacitado de frequentar a escola? Uma resposta provável seria de que não teria condições físicas de atendê-lo.

Vinte e cinco anos depois foi promulgada a Lei 9.394/96 que rege a educação brasileira até dias atuais, esta avança significativamente em relação à última. Logo no capítulo III que trata do direito à educação e do dever de educar, anuncia-se que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). Nesse momento, já percebe-se algumas peculiaridades em relação a última lei citada. Na legislação vigente está presente a preocupação do direito dos estudantes com deficiência frequentarem as escolas e receberem um atendimento educacional especializado.

Sobre a referida lei, além de este documento abordar mais expressivamente sobre o conhecimento, também trata com mais ênfase da educação especial, evoluindo em relação às outras duas tanto na sua redação quanto no seu conceito. Dedicar um capítulo inteiro para falar da educação especial, definindo-o como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Apesar da literatura especializada já ter problematizado o termo “portador”, utilizado na lei para definir as pessoas com deficiência, não será dedicada atenção a esta questão, mas no significado e intenção em relação à educação inclusiva.

Além de oferecer serviços especializados ao atendimento desses estudantes, professores com especialização adequada, currículos e métodos específicos para atender às

suas necessidades também fala da “educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidades de inserção no trabalho competitivo” (BRASIL, 1996). Interpreta-se aqui que visar condições para o trabalho é assegurar o direito ao educando de acessar conhecimentos necessários e centralidade de que se ofereça o conhecimento especializado.

### **3 INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO: conceitos e uma melhor compreensão e entendimento**

Educação é segundo o Dicionário Aurélio “ato ou efeito de educar (-se). Processo de desenvolvimento de capacidade física, intelectual e moral do ser humano. Civilidade, polidez” (2008, p.334). O mesmo Dicionário Aurélio trás a escola como “estabelecimento público ou privado onde se ministra ensino coletivo. Os alunos, professores e pessoal duma escola. Sistema ou doutrina de pessoa notável em qualquer dos ramos do saber” (2008, p.363). Ainda segundo o Dicionário Aurélio nos diz que incluir é “conter ou trazer em si; compreender, abranger. Fazer tomar parte; inserir, introduzir” (2008, p.469).

Essas definições nos parece uma boa combinação para a resolução da maioria dos casos de inclusão em nossas escolas. Mas diria não ser inclusão e sim integração, a prática que está sendo utilizada. Por isso faz-se importante também que se entenda a diferença entre os termos “inclusão” e “integração”, visto que ambos causam polêmica ao serem utilizados entre educadores. Como escreve Maria Tereza Mantoan (2003), as duas palavras embora tenham significados parecidos, são utilizados para expressar situações diferentes e que devem ser bem definidas no contexto educacional.

Ao falar em integração, deve-se associar à ela o fato de os alunos terem a possibilidade de acesso à escola. “O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar” (MANTOAN, 2003, p.22)

A integração escolar pode ser entendida como o “especial na educação”, o seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares. (MANTOAN, 2003, p.23)

Já a inclusão é mais abrangente, pois se preocupa em questionar desde as políticas até o próprio conceito de integração. Tem como objetivo não deixar ninguém excluído do ensino

regular e, para isso, quem se adapta às necessidades dos estudantes é a própria instituição de ensino (MANTOAN, 2003). E, não se trata apenas de pessoas com deficiência, mas também de todos que, de alguma forma, são excluídos do direito de aprender. Podemos citar superdotados, alunos com dificuldades de aprendizagem ou qualquer outra minoria desfavorecida socialmente. “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades” (MANTOAN, 2003, p.24).

Tendo definidos os conceitos, percebe-se a necessidade de uma melhor compreensão da trajetória da educação inclusiva no Brasil.

É importante fazer uma retomada histórica, pois a questão da educação inclusiva no Brasil partiu de experiências realizadas na Europa e nos Estados Unidos, sendo que no século XIX, alguns brasileiros iniciaram a organização de serviços para alguns tipos de deficiência. (MAZZOTTA, 2005)

## **4 OS PORQUÊS DA DEFICIÊNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

O termo “necessidades educativas especiais” começou a ser empregado nos anos de 1960 e possuía quatro características principais: “afeta um conjunto de alunos, é um conceito relativo, refere-se principalmente aos problemas de aprendizagem dos alunos na sala de aula e supõe a provisão de recursos suplementares (MARCHESI, 2004.19).

A escolha deste termo significa que os estudantes com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem significativas “podem apresentar necessidades educativas de gravidades distintas em diferentes momentos” (MARCHESI, 2004.18-19). Alguns tendo essas necessidades ao longo de sua escolarização, outros apenas em alguns momentos. Outra característica da escolha desse conceito é que possui caráter relativo e contextual. Isso define a primeira característica citada acima.

A segunda característica que diz respeito ao termo “necessidades educativas especiais”, é relativo e depende do contexto.

A avaliação dos problemas dos alunos não deve centrar-se unicamente neles mesmos, mas levar em conta o contexto no qual se produz a aprendizagem: o funcionamento da escola, os recursos disponíveis, a flexibilidade do ensino, a metodologia empregada e os critérios de avaliação utilizados. (MARCHESI, 2004, p.20)

As dificuldades de aprendizagem que os alunos apresentam são determinadas também conforme o ambiente familiar, social e também da escola. Desse modo, a forma como se procede o ensino de uma escola pode originar ou ainda intensificar as dificuldades do estudante, como aponta o referido autor.

A terceira característica refere-se aos problemas de aprendizagem. Uma vez tendo necessidades educativas especiais, conseqüentemente terá dificuldades no seu aprendizado e por isso, irá requerer um acompanhamento educativo específico para sua deficiência ou dificuldade.

Uma quarta crítica apoia-se na sociologia da educação com o pensamento originário de Bordieu e Passeron (1964) e em sua teoria de reprodução na escola das classes sociais. Desse modo “é uma categoria socialmente construída para que se emprega para situar determinados alunos em opções educativas segregadoras” (MARCHESI, 2004, p.21). Já que as famílias dessas crianças não possuem o chamado “capital cultural” elas não possuem o que precisam para se adaptar ao sistema escolar. Também “a maioria das crianças que são categorizadas dentro da educação especial normalmente provém da classe trabalhadora e de minorias étnicas, que apresentam maiores problemas no ambiente escolar” (MARCHESI, 2004, p.21).

Por um lado, afirma-se que os alunos com algum tipo de deficiência não encontrarão na escola regular uma educação tão completa como a que teriam nas escolas especiais. Os grupos excessivamente heterogêneos de alunos apresentam muitas dificuldades para aprender juntos. Também não dispõem de recursos similares aos das escolas especiais nem de professores suficientemente preparados. (MARCHESI, 2004, p.23-24)

Diante dessas colocações, pode-se apontar que apesar de ter boas intenções, a integração é um tanto pretenciosa, pois espera um resultado positivo apenas inserindo os alunos nas escolas, excluindo a necessidade primordial de acessibilidade, tanto física quanto de profissionais preparados. Desse modo, estariam colocando, integrando, ou ainda como diziam, evitando a segregação, porém isso não bastaria para estar verdadeiramente incluindo e

garantindo o aprendizado desses estudantes. Também este enfoque não foi suficiente “visto que limita a integração educativa e não leva em conta um grupo de alunos que limita a integração educativa e não leva em conta um grupo de alunos que também necessita uma resposta educativa individualizada” (MARCHESI, 2004, p.26).

Segundo Marchesi (2004), os poderes públicos têm a obrigação de garantir um ensino não segregador, que se prolongue posteriormente na integração à sociedade, a todos os alunos, sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais.

Diante dessas fragilidades é que se começou a pensar em movimentos na educação mais radicais que se voltaram para a escola inclusiva.

#### **4.1 POSSIBILIDADES PARA TORNAR EFICIENTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

As Diretrizes para a Educação Especial foi lançada em 2001 pelo Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação Especial com o objetivo de propor que o estabelecimento de ensino seja um lugar adequado à mudança, a receber todos os tipos de estudantes, promovendo assim a inclusão, dizendo também eu para que ela se concretize não basta a ação de um, mas de todos. Desse modo, é importante que a União, os estados, municípios, a escola, os professores, os alunos e a comunidade escolar como um todo estejam envolvidos em busca da inclusão como um movimento articulado.

Esta diretriz é um documento importante para nortear a Educação Inclusiva e trata sobre toda a organização dos sistemas de ensino para o atendimento de alunos que apresentam deficiência e necessidades educativas especiais, a organização do atendimento para esses estudantes, a organização das classes comuns, serviços de apoio pedagógico, entre outros. Possui também um capítulo específico que trata sobre o currículo.

A referida seção diz que o currículo da Educação Inclusiva está em constante adequação e que os métodos e técnicas, assim como os recursos utilizados para desenvolver a prática pedagógica tornam-se elementos que permeiam os conteúdos. (BRASIL, 2001, p.57). Pode-se entender desse modo, que para crianças com deficiência, os conteúdos serão apresentados a elas. No entanto o planejamento do professor deverá estar permeado por estratégias e metodologias que venham a favorecer o aprendizado desses estudantes.

Ao falar de inclusão é necessário saber que serão diversos os casos de deficiência que chegarão até a escola, como cego, surdo, deficiente físico e intelectual e até uma paralisia mais severa, cada um com suas especificidades. Para tanto, cada currículo deverá se adaptar

conforme a sua necessidade específica. Em torno disso, o documento curricular é bastante elucidativo.

As dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, compreendendo desde situações mais simples e/ou transitórias – que podem ser resolvidas espontaneamente no curso do trabalho pedagógico – até situações mais complexas e/ou permanentes – que requerem o uso de recursos ou técnicas especiais para que seja viabilizado o acesso ao currículo por parte do educando. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educativas adequadas, que abrangem graduais e progressivas adaptações de acesso ao currículo, bem como adaptações de seus elementos. (BRASIL, 2001, p.58)

Em casos de deficiência severa, onde o aluno estará bastante limitado, cabe à escola, aos professores e a equipe de profissionais envolvidos fazerem as adequações necessárias no currículo para que possa atender especificamente esses casos (BRASIL, 2011).

Em casos muito singulares, em que o educando com graves comprometimentos mentais e/ou múltiplos não possa beneficiar-se do currículo da base nacional comum, deverá ser proporcionado um currículo funcional para atender às necessidades práticas da vida. (BRASIL, 2001, p.58)

O objetivo das escolas inclusivas é o de garantir uma educação de qualidade para todos, fazendo inclusive as transformações necessárias em seu meio para que isso aconteça. Essa proposta esteve presente na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais que foi realizada em Salamanca, na Espanha em 1994. “Dela participaram representantes de 88 países e 25 organizações internacionais relacionadas à educação” (MARCHESI, 2004, p.26).

Apesar de não ser uma lei, o documento de Salamanca é uma declaração e um dos textos mais importantes que versam sobre a educação inclusiva. Nela encontra-se a informação que as escolas devem acomodar todas as crianças com as suas diferentes necessidades educacionais especiais. Define-se também o que se entende por esse termo dizendo que “refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem (SALAMANCA, 1994 p.3). Também está presente no documento um dos princípios mais importantes da escola inclusiva, que é o fator de que as crianças devem aprender juntas apesar das dificuldades e particularidades que elas têm. A escola inclusiva deve buscar satisfazer as

necessidades de cada indivíduo assegurando uma educação satisfatória para todos por meio de um currículo apropriado que atendam as diferentes demandas.

As escolas de educação inclusiva podem se diferenciar em cada país, mas independente disso, ela propõe-se “a impulsionar uma mudança profunda nas escolas, permitindo que todos os alunos, sem discriminação, tenham não só acesso a elas como também uma resposta educativa adequada às suas possibilidades” (MARCHESI, 2004, p.29).

Essa tarefa não pode estar apenas sobre responsabilidade da escola, mas da sociedade em geral, sendo a escola mais uma a contribuir dentro de um conjunto de outras iniciativas que visam uma sociedade mais igualitária.

Pode-se assim entender as escolas inclusivas como “um processo de mudança que conduz progressivamente a uma participação maior dos alunos na cultura e no currículo comum da escola” (MARCHESI, 2004, p.29). Desse modo, ressalta-se que se preciso for, é necessário fazer mudanças e adaptações curriculares para que os alunos sejam realmente incluídos sem perdas no aprendizado.

Existe a necessidade de recursos educativos para auxiliar nas necessidades especiais dos alunos, e assim auxiliar na sua aprendizagem. Um dos recursos urgentes seriam professores especializados que garantissem a esses estudantes acesso ao currículo (MARCHESI, 2004, p.20). Também esses recursos se referem à estrutura e material de apoio.

Essas mudanças para se alcançar o que se almeja com as escolas inclusivas, é uma tarefa complexa, já que além das barreiras naturais contra a sua implantação, também a sua própria política é contraditória, pois “é necessário facilitar o acesso de todos os alunos a um currículo comum, mas também é preciso respeitar os ritmos de aprendizagem de cada aluno” (MARCHESI, 2004, p.29). Diante disso, nota-se que embora seja consenso que a educação inclusiva visa tornar igual o acesso de todos à escola, também é sabido que cada criança tem o seu ritmo de aprendizagem e que aquelas que possuem algum tipo de deficiência terão seu processo de aprendizagem diferenciado.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao findar este trabalho de conclusão do curso de Pós-graduação, que foi muito gratificante, uma vez que se está falando daquilo que é da prática: a educação, e daquilo que mais se defende: que o conhecimento é um direito de todos. Sabendo que a escola pode receber alunos com diferentes deficiências, entende-se que ela deve se adequar a eles.

Fez-se uma diferenciação entre os termos “inclusão” e “integração”, destacando que o primeiro é mais abrangente e requer mudanças significativas por parte da instituição de ensino, diferente da integração, visto que, nessa perspectiva, quem precisa se adequar ao sistema são os alunos. Vale ressaltar que a inclusão escolar visa o sucesso escolar do aluno com deficiência e não uma mera integração na escola.

Realizou-se um apanhado histórico acerca da Educação Inclusiva ao longo dos anos para perceber que a forma de escolarização sofreu muitas transformações no tempo decorrido da história até chegar a sua configuração atual. Foi ganhando espaço através dos anos e garantindo ampliação e maior cuidado, inclusive garantido em lei.

Ao mesmo tempo, que se percebe esse progresso, sente-se a necessidade de muita discussão, aprendizagem, modificações consideráveis na escola e no currículo escolar para que se tenha uma “inclusão” realmente eficiente. Lembrando que se deve trabalhar em parceria com a família e com todos os profissionais envolvidos, sabendo que há outras políticas públicas que vem ao encontro do benefício e melhor atendimento de alunos com deficiência, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Ao consultar obras de especialistas no assunto em questão, percebe-se que há uma grande deficiência relacionada à inclusão escolar. Autores apontam a falta de profissionais especializados para atender aos alunos com deficiências, o ambiente familiar, social e escolar que podem intensificar as dificuldades do estudante, a falta de estrutura das escolas, os poderes públicos que deixam a desejar em suas obrigações e deveres, por isso os alunos com deficiências não terão o mesmo atendimento que em escolas especializadas.

Também os autores nos apontam algumas soluções para que a educação inclusiva seja verdadeiramente eficiente: mudanças no currículo escolar, adequando-o aos alunos com necessidades especiais, garantir educação de qualidade para todos, independente das deficiências, a adaptação da escola para atender qualquer caso de deficiência que receber, ação conjunta entre governo, município, escola, alunos, comunidade escolar e profissionais envolvidos.

Somando-se tudo que foi abordado chega-se a conclusão que a Educação Inclusiva vem ganhando espaço ao longo dos anos, que já evoluiu bastante, que adquiriu políticas públicas próprias. Mas ainda necessita de muita atenção, mais abordagens nas escolas, mudanças curriculares, profissionais especializados nas escolas comuns, materiais e recursos adequados para receber alunos com deficiências, entender que cada aluno é um ser único e

precisa ser tratado como tal e perceber que esses alunos vêm buscar na escola um lugar para que cresçam como pessoas nas suas habilidades e conhecimentos.

Acredita-se em uma escola que não os veja como incapazes ou que os identifique como “aquele que tem uma deficiência”. Que sua deficiência não venha em primeiro lugar no momento em que entra na escola, mas que seja visto como um sujeito com potencialidades a serem desenvolvidas. Crê-se em um currículo eficaz de Educação Inclusiva, que tenha as adaptações necessárias feitas em busca deste objetivo: de permitir que alunos com deficiência tenha também acesso ao conhecimento, obtendo aprendizagens relevantes em contextos pedagógicos diferenciados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMEL, Roseli C. Rocha de; MOREIRA, Laura Ceretta. **Currículo em educação especial: tendências e debates**. Curitiba: Educar, n.17, 2001.

BRASIL. Decreto – Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. 1969

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites. Brasília, 2011

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. LDB - Lei nº 4024/61 de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: 1961

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. LDB - Lei nº 5692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília: 1971.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa** dicionário. 7.ed. Curitiba: Positivo, 2008.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação:** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Vol.3. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil:** História e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.